

O CARÁTER DISTRIBUTIVO DO CRÉDITO RURAL DE CUSTEIO AGRÍCOLA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Valquiria da Silva

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Agricultura
Coordenadoria Sócio-Econômica
Instituto de Economia Agrícola





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Agricultura
Coordenadoria Sócio-Econômica
Instituto de Economia Agrícola

Governador do Estado

Orestes Quércia

Secretário da Agricultura

Antonio Tidei de Lima

Chefe de Gabinete

Paulo de Tarso Artêncio Muzy

Coordenador da Coordenadoria Sócio-Econômica

Sérgio Gomes Vassimon

Diretor do Instituto de Economia Agrícola

Gabriel Luiz Seraphico Peixoto da Silva

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Agricultura
Instituto de Economia Agrícola

ISSN 0101-5109
Relatório de Pesquisa
20/88

**O CARÁTER DISTRIBUTIVO DO CRÉDITO RURAL DE CUSTEIO AGRÍCOLA NO ESTADO
DE SÃO PAULO**

Valquiria da Silva

São Paulo
1988

ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO	1
2 - METODOLOGIA	2
3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO	5
4 - CONCLUSÕES	13
LITERATURA CITADA	14
RESUMO	15
ANEXOS	16

O CARÁTER DISTRIBUTIVO DO CRÉDITO RURAL DE CUSTEIO AGRÍCOLA NO ESTADO DE SÃO PAULO (1)

Valquíria da Silva (2)

1 - INTRODUÇÃO

De modo geral, o modelo de modernização agrícola adotado no Brasil em meados da década de 60 caracterizou-se pelos estímulos do governo à mecanização e ao maior emprego de fertilizantes e defensivos, isto é, de insumos produzidos fora da propriedade. O financiamento desses fatores se deu através da expansão do volume de crédito a taxas de juros subsidiadas, atendido conforme MENDONÇA DE BARROS (6) através da montagem de uma complexa estrutura de crédito agrícola. Assim, desde 1965, quando se consolidou como um dos instrumentos fundamentais para promover o desenvolvimento da agricultura, a política de crédito rural tem sido objeto de inúmeros estudos que buscam, principalmente, avaliar sua abrangência, eficiência e direcionamento.

Sobre sua eficiência na modernização do setor cabe citar os estudos de SZMRECSÁNYI (9), que ressaltam ter sido o montante de crédito aplicado excessivo, com os financiamentos não sendo utilizados de forma conveniente, inclusive desviados para outras finalidades; e de GRAZIANO da SILVA (4) e GATTI (3), que dão ênfase especial a seus efeitos sobre a absorção de mão-de-obra no campo.

Com relação à abrangência e direcionamento, destacam-se as pesquisas de SAYAD (8) e GUEDES PINTO (5), que apontam uma concentração dos recursos do crédito rural nas grandes propriedades em detrimento das pequenas, as quais se dedicam, principalmente, à produção de alimentos. Corroborando esses estudos, tem-se o trabalho de CARVALHO E GIMENES (1), particularmente para o Estado de São Paulo, que conclui serem as médias e grandes propriedades as principais beneficiadas com o volume de recursos aplicados no Estado. Esse caráter concentrador se estende a nível de culturas, conforme é eviden

(1) A autora agradece aos Pesquisadores Científicos Maria Auxiliadora de Carvalho e Cesar R. Leite da Silva pela colaboração na discussão inicial do tema e ao estagiário Daniel Dias pela tabulação dos dados. Recebido em 03/03/88. Liberado para publicação em 03/06/88.

(2) Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

ciado em CARVALHO e GIMENES (2), também para São Paulo, que mostra soja, algodão e milho como as mais favorecidas pela linha de crédito de custeio agrícola, no período 1969-78.

A abordagem da distribuição do crédito rural de custeio em relação às reais necessidades de recursos por cultura, apesar de fundamental, tendo em vista que diferem de uma cultura para outra e, portanto, se refletem no montante a ser financiado, foi relegada, até o presente momento, para um plano secundário. Reconhecendo-se sua importância para a análise distributiva, tem-se como principal objetivo da presente pesquisa enfocar esse aspecto do crédito, no período compreendido entre os anos agrícolas 1974/75 e 1984/85, para o Estado de São Paulo, considerando-se, principalmente, os componentes área financiada, custo operacional efetivo e volume de aplicação.

2 - METODOLOGIA

Foram selecionadas para estudo as seguintes culturas: algodão, amendoim, arroz, feijão, milho e soja.

O indicador Custo Operacional Efetivo (COE) representa os dispêndios diretos com mão-de-obra, operações de máquinas e utilização de insumos, itens esses que compõem o Valor Básico de Custeio (VBC), parâmetro empregado para o financiamento de custeio agrícola. Os dados básicos foram elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola (7). Para obtenção do COE médio para o Estado de São Paulo, ponderaram-se os diferentes custos por técnica empregada disponível para cada cultura, pelo percentual correspondente a sua utilização (Anexo 1). Para melhor entendimento, citar-se-á o exemplo da soja, que apenas no ano-agrícola 1974/75 tinha duas planilhas de coeficientes técnicos disponíveis, quais sejam, tração motomecanizada-animal (TMA) e tração motomecanizada (TM). Assim, na ponderação desse ano agrícola utilizaram-se os percentuais de 12,3% para o custo da TMA e de 87,7% para o da TM. Nos demais anos da série, assume-se 100% para a tração motomecanizada, considerando-se que planilhas de coeficientes técnicos representam o emprego de tração mais expressivo, que é corroborado pela existência no triênio 1980/82 de somente 6,2% de TMA (Anexo 1). As técnicas consideradas por cultura basearam-se em GATTI (3) (Anexo 2).

Optou-se por utilizar a área efetivamente financiada e não a cultivada em função da legislação de crédito rural permitir que um contrato firmado em determinado Estado possa ser realizado para o cultivo em outro.

sem que existam estatísticas discriminatórias desse emprego de recursos. Di-
to de outra forma, um contrato de financiamento de custeio para soja pode
ser feito em São Paulo para plantio em Goiás. No entanto, as estatísticas
do Banco Central do Brasil (BACEN) computam a área financiada, bem como o
montante de recursos cedidos para o Estado de São Paulo. Assim, tomando-se
a estatística do IEA de área cultivada com soja no Estado, por exemplo, po-
der-se-ia ser levado à prematura conclusão de que se financiou maior área
do que a efetivamente plantada, o mesmo ocorrendo para o montante de recur-
sos. Portanto, considerou-se que, apesar da limitação imposta pelo emprego
do custo calculado para o Estado de São Paulo, o indicador final obtido da
relação volume total de recursos de crédito de custeio/COE médio estimado
para o Estado com base na área financiada seria fidedigno, dado que a maior
parcela do financiamento é realmente tomada para emprego em São Paulo.

Procedimento especial fez-se necessário para as culturas de amendoim
e de feijão, que apresentam duas ou três safras por ano agrícola. Des-
sa forma, foram realizados ajustes nos dados primários do BACEN de área financia-
da e volume de recursos, dado que são estatísticas referentes ao ano civil.
Assim, as informações do BACEN em 1974 para amendoim se referem ao cultivo
da seca do ano agrícola 1973/74 (t-1/t, para t igual a 1974) e ao das
águas, do ano agrícola 1974/75 (t/t+1). Utilizaram-se os procedimentos des-
critos a seguir para essas duas culturas.

a) Cálculo da Área Financiada (AF) no ano agrícola (t-1/t)

Dado que são conhecidas as áreas cultivadas na safra da seca e
das águas, tem-se que no ano civil t:

$$(1) AC_t = AS_{(t-1/t)} + AA_{(t/t+1)}$$

onde,

AC_t = área total cultivada com a cultura no ano t;

$AS_{(t-1/t)}$ = área cultivada com a cultura na safra da seca no ano agrícola
(t-1/t); e,

$AA_{(t/t+1)}$ = área cultivada com a cultura na safra das águas no ano agrícola
la (t/t+1).

Calculado AC_t , pode-se obter as relações de proporcionalidade:

$$(2) \frac{AS_{(t-1/t)}}{AC_t}, \text{ que chamar-se-á de } X \text{ e,}$$

$$(3) \frac{AA}{AC_t} (t/t+1), \text{ que chamar-se-á de } Y,$$

onde X e Y são fatores de proporcionalidade da área cultivada nas safras da seca e das águas, respectivamente, no ano civil t.

Assumindo-se essa mesma proporcionalidade para a área financiada no ano civil t, obtêm-se uma estimativa da área financiada na safra da seca do ano-agrícola (t-1/t) e das águas no ano-agrícola (t/t+1).

Dessa forma, obtêm-se que,

$$(4) AF_{(t-1/t)} = AFS_{(t-1/t)} + AFA_{(t-1/t)}$$

onde, $AF_{(t-1/t)}$ = área total financiada no ano-agrícola (t-1/t);

$AFS_{(t-1/t)}$ = área financiada na safra da seca no ano-agrícola (t-1/t); e

$AFA_{(t-1/t)}$ = área financiada na safra das águas no ano-agrícola (t-1/t).

b) Cálculo do volume aplicado em custeio

b1) 1974/75 a 1978/79

Primeiramente, estimou-se o volume de recursos necessários admitindo que toda área cultivada fosse financiada, através da seguinte fórmula, empregada nesse período, pelos agentes financeiros para determinar o montante de crédito de custeio:

$$CC = 0,6. PM_{\text{m}}. RR. AC$$

onde, CC = volume de crédito de custeio necessário;

0,6 = fator de aplicação pré-definido;

PM_m = preço mínimo do produto;

RR = rendimento médio regional da cultura nas três últimas safras; e,

AC = área cultivada com a cultura.

Empregando-se essa fórmula para cada safra do ano agrícola (t-1/t), utilizando-se para isso os respectivos preços mínimos vigentes, rendimento médio regional e área cultivada, através do somatório dos valores calculados, obteve-se o CC total para o referido ano-agrícola.

b2) 1979/80 a 1984/85

No ano-agrícola 1979/80 foi criado o VBC, o que permitiu o seguinte cálculo na safra: $CC = VBC \cdot AC$

A partir do cálculo anterior do somatório (C.C. safra das águas e C.C. safra das seca), obteve-se o total de recursos necessários para o financiamento da produção no ano agrícola considerado.

Como o VBC é diferente para diversas faixas de produtividade que variam de uma cultura para outra, foi observada no cálculo a faixa de VBC correspondente à média trienal da produtividade observada para cada cultura.

Assim, observando-se os procedimentos de b.1 e b.2 para obtenção do CC total necessário no caso das culturas do feijão e amendoim, calcularam-se os fatores de proporcionalidade para cada safra, que foram, então, aplicados ao valor divulgado pelo BACEN. Uma vez desmembrado o volume total de recursos para as diversas safras, efetivamente aplicado no ano civil t, obteve-se o total para os anos agrícolas considerados.

3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

De modo geral, de 1974/75 a 1984/85, os resultados mostram que a cultura da soja foi a melhor atendida pelo crédito de custeio agrícola em relação aos custos estimados da área financiada, no Estado de São Paulo, enquanto a do arroz foi a mais penalizada (quadros 1 a 6). A redução na cobertura dos custos, observada nos dois últimos anos agrícolas da série, foi generalizada para todas as culturas e deve ser consequência da queda, em termos reais, ocorrida no volume de recursos para crédito rural. Em 1984, o crédito para custeio representou apenas 52% do montante aplicado em 1979. Essa perda no poder de financiamento só não foi maior devido à política deliberada de privilegiar as operações de curto prazo, quais sejam, custeio e comercialização.

Observou-se para a soja, apesar da redução no atendimento de 71%, em 1974/75, para 36,9% em 1984/85, que apenas no ano agrícola 1983/84 a relação crédito de custeio/COE estimado foi inferior a 30%, tendo obtido no período analisado percentual médio de 50%, colocando-a em franca vantagem em relação aos demais cultivos. Esse resultado positivo vem de encontro ao padrão tecnológico com o qual a cultura é conduzida (altamente tecnificada, empregando insumos modernos produzidos fora do setor) e provavelmente se relaciona à política global de promover o crescimento das exportações, essencial para equacionar o problema da Balança de Pagamentos que se agravou no País no período estudado. A soja, na década de 70, se apresentou como um dos

QUADRO 1. Evolução do Crédito de Custeio Agrícola em Relação ao Custo Operacional Efetivo (COE) para a Cultura do Algodão, Estado de São Paulo, 1974/75 - 1984/85

Ano	COE/ha (A) (Cr\$)	Área financiada (B) (ha)	COE total (Ax B) (C) (Cr\$1.000)	Crédito (D) (Cr\$1.000)	Relação (D/C) (E) (%)
1974/75	3.247,44	676.245	2.196.065	764.713	34,9
1975/76	4.532,79	360.070	1.632.122	611.517	37,5
1976/77	6.079,46	458.878	2.789.730	1.157.605	41,5
1977/78	8.884,51	525.169	4.665.869	1.842.085	39,5
1978/79	11.979,18	436.935	5.234.123	1.824.078	34,8
1979/80	25.058,55	427.057	10.701.429	3.809.900	35,6
1980/81	47.790,36	463.436	22.147.773	7.679.090	34,7
1981/82	102.496,73	521.802	53.482.999	16.009.853	29,9
1982/83	238.011,09	429.567	102.217.909	33.383.988	32,7
1983/84	733.724,77	337.329	247.506.643	47.590.278	19,2
1984/85	3.742.327,46	350.192	1.310.534.027	177.087.634	13,5
Média	-	-	-	-	32,2

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Banco Central do Brasil (BACEN).

QUADRO 2. - Evolução do Crédito de Custeio Agrícola em relação ao Custo Operacional Efetivo (COE) para a Cultura do Amendoim, Estado de São Paulo, 1974/75 - 1984/85

Ano	COE/ha (A) (Cr\$)	Área financiada (B) (ha)	COE total (AxB) (C) (Cr\$1.000)	Crédito custeio (D) (Cr\$1.000)	Relação (D/C) (E) (%)
1974/75	2.414,93	165.158	398.845	133.423	33,5
1975/76	3.425,35	104.347	357.425	191.016	53,4
1976/77	4.383,83	131.258	575.413	170.040	29,6
1977/78	6.983,02	173.589	1.212.175	364.408	30,1
1978/79	13.107,47	169.514	2.221.900	804.435	36,2
1979/80	20.196,04	180.425	3.643.871	1.142.315	31,3
1980/81	40.901,09	184.753	7.556.765	1.941.261	25,7
1981/82	96.807,00	196.545	19.026.932	4.782.174	25,1
1982/83	184.841,40	138.641	25.626.597	5.242.763	20,5
1983/84	651.166,40	99.274	64.643.893	8.161.059	12,6
1984/85	2.417.032,00	113.110	273.390.490	60.700.383	22,2
Média	-	-	-	-	29,1

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Banco Central do Brasil (BACEN).

QUADRO 3. - Evolução do Crédito de Custeio Agrícola em Relação ao Custo Operacional Efetivo (COE) para a Cultura do Arroz, Estado de São Paulo, 1974/75 - 1984/85

Ano	COE/ha (A) (Cr\$)	Área financiada (B) (ha)	COE total (Ax B) (C) (Cr\$1.000)	Crédito custeio (D) (Cr\$1.000)	Relação (D/C) (E) (%)
1974/75	1.859,17	312.836	581.615	257.113	44,2
1975/76	2.576,50	485.340	1.250.478	484.368	38,7
1976/77	7.323,09	278.031	2.036.046	427.076	21,0
1977/78	11.371,84	246.980	2.808.617	515.359	18,3
1978/79	16.168,29	289.972	4.688.351	620.015	13,2
1979/80	19.191,48	403.367	7.741.210	1.201.686	15,5
1980/81	39.892,78	328.593	13.708.488	2.395.013	17,5
1981/82	100.123,00	257.053	25.736.918	3.463.462	13,5
1982/83	222.934,80	453.090	101.009.529	9.128.155	9,0
1983/84	744.585,00	427.535	318.336.148	18.056.014	5,7
1984/85	2.666.000,00	103.734	276.554.844	34.274.526	12,4
Média	-	-	-	-	19,0

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Banco Central do Brasil (BACEN).

QUADRO 4. - Evolução do Crédito de Custeio Agrícola em Relação ao Custo Operacional Efetivo (COE) para a Cultura do Feijão, Estado de São Paulo, 1974/75 - 1984/85

Ano	COE/ha (A) (Cr\$)	Área financiada (B) (ha)	COE total (AxB) (C) (Cr\$1.000)	Crédito custeio (D) (Cr\$1.000)	Relação (D/C) (E) (%)
1974/75	1.584,08	58.799	93.142	41.691	44,8
1975/76	1.208,56	79.815	96.461	66.573	69,0
1976/77	2.164,24	182.084	394.074	204.108	51,8
1977/78	2.871,70	179.394	515.166	400.913	77,8
1978/79	5.020,21	282.173	1.416.567	369.496	26,1
1979/80	7.760,19	501.350	3.890.571	1.423.497	36,6
1980/81	20.408,81	647.436	13.213.398	5.567.793	42,1
1981/82	49.377,65	680.548	33.603.860	12.561.453	37,4
1982/83	84.309,36	559.365	47.159.705	16.741.587	35,5
1983/84	299.170,86	393.342	117.676.464	24.200.466	20,6
1984/85	890.554,21	306.120	272.616.454	83.088.942	30,6
Média	-	-	-	-	42,9

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Banco Central do Brasil (BACEN).

QUADRO 5. - Evolução do Crédito de Custeio Agrícola em Relação ao Custo Operacional Efetivo (COE) para a Cultura do Milho, Estado de São Paulo, 1974/75 - 1984/85

Ano	COE/ha (A) (Cr\$)	Área financiada (B) (ha)	COE total (AxB) (C) (Cr\$1.000)	Crédito custeio (D) (Cr\$1.000)	Relação (D/C) (E) (%)
1974/75	1.573,30	1.997.944	3.143.365	657.317	20,9
1975/76	1.863,82	1.114.182	2.076.635	1.130.829	54,5
1976/77	2.041,13	1.097.967	2.241.093	1.290.414	57,6
1977/78	3.139,33	785.685	2.466.525	1.149.694	46,6
1978/79	4.152,74	1.041.082	4.323.343	1.861.512	43,1
1979/80	7.029,86	1.279.822	8.996.841	3.833.348	42,6
1980/81	15.947,53	1.507.552	24.041.731	10.395.317	43,2
1981/82	42.059,48	1.201.480	50.533.624	19.458.672	38,5
1882/83	71.937,33	1.880.901	135.306.996	38.723.881	28,6
1983/84	239.012,81	1.272.998	304.262.829	72.953.044	24,0
1984/85	877.685,22	1.293.688	1.135.450.837	192.092.593	16,9
Média	-	-	-	-	37,9

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Banco Central do Brasil (BACEN).

QUADRO 6. - Evolução do Crédito de Custeio Agrícola em Relação ao Custo Operacional Efetivo (COE) para a Cultura da Soja, Estado de São Paulo, 1974/75 - 1984/85

Ano	COE/ha (A) (Cr\$)	Área financiada (B) (ha)	COE total (AxB) (C) (Cr\$1.000)	Crédito custeio (D) (Cr\$1.000)	Relação (D/C) (E) (%)
1974/75	1.222,78	449.443	549.570	390.029	71,0
1975/76	1.434,83	775.942	1.113.345	586.287	52,7
1976/77	1.893,68	929.242	1.759.687	818.811	46,5
1977/78	2.940,08	1.074.156	3.158.105	1.416.539	44,9
1978/79	4.229,71	853.899	3.611.745	1.861.512	51,5
1979/80	7.579,77	1.111.257	8.423.072	3.833.348	45,5
1980/81	14.347,65	939.552	13.480.363	10.395.317	77,1
1981/82	35.007,43	936.178	32.773.186	19.458.672	59,4
1982/83	66.428,66	1.233.891	81.965.725	38.723.881	47,2
1983/84	251.426,00	1.322.522	332.516.416	72.953.044	21,9
1984/85	812.500,00	640.134	520.108.875	192.092.593	36,9
Média	-	-	-	-	50,4

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Banco Central do Brasil (BACEN).

principais produtos agrícolas para viabilizar este crescimento das exportações, com forte expansão nesse período.

Um outro dado importante se relaciona ao limite de financiamento, que é de 100% apenas para a categoria de mini e pequenos produtores. Como o valor total financiado engloba essa estratificação, tem-se, pelos percentuais obtidos, que o valor financiado para a soja esteve bem próxima ao seu custo de produção efetivo.

Em segundo lugar, coloca-se o feijão, para o qual a relação crédito de custeio/COE foi, em média, de 43% no período, apesar de se tratar de cultura de mercado interno. Considera-se, no entanto, que essa situação é particular para o Estado de São Paulo, em função da cultura ter recebido tratamento especial pelo Governo deste Estado, que visava tornar-se auto-suficiente em sua produção para contornar os frequentes entraves no abastecimento. Nesse sentido, foi criada a variedade carioquinha, o cultivo passou a ser predominantemente mecanizado (apenas no trato cultural permanece o emprego de animal), com utilização de insumos modernos e, para a viabilização desse processo de mudança tecnológica, foram garantidos aos produtores assistência técnica e acesso ao crédito agrícola.

Num grupo intermediário, destacaram-se algodão (média de 32%), amendoim (média de 29%) e milho (média de 38%) com atendimento de crédito relativo, praticamente, constante no período. Os reflexos dessa situação para o algodão não foram tão significativos no processo de mudança tecnológica, provavelmente por ter-se desencadeado num período anterior ao analisado, bem como sua produção deve ter se mantido através de resultados econômicos favoráveis, assegurando-lhe capacidade para auto-financiamento. Para o amendoim, os resultados apresentados devem advir da perda de sua importância, principalmente, como matéria-prima para produção de óleo, espaço esse ocupado pela soja. Esse fato é reforçado pela condução mais recente da política agrícola, de desestímulo à sua produção. Em relação ao milho, a grande mudança tecnológica observada se refere à colheita mecanizada, que está mais diretamente ligada ao crédito de investimento, podendo-se considerar que o crédito de custeio, em relação às culturas analisadas, se não o estimulou, foi suficiente para manter seu padrão tecnológico (Anexos 1 e 2).

Quanto à cultura de arroz, o percentual médio de atendimento foi de 19%, situando-se, inclusive, abaixo desse valor a partir de 1977/78 e atingindo em 1983/84 apenas 6% do valor necessário estimado (quadro 3). O cultivo de sequeiro é responsável por 80% da produção do Estado. Considerando-se que um dos objetivos da política de crédito rural era o de promover a modernização da agricultura, inclusive através do subsídio via taxa de juro que foi elevado até o início dos anos 80, tem-se que os produtores de arroz

ficaram à margem desse benefício em relação às demais culturas, aqui consi
deradas.

A viabilização do emprego da política discriminatória de crédito de custeio para o arroz, em relação à resposta em termos de produção, provavelmente está associada à possibilidade de importação do produto de outros Estados (a produção paulista é insuficiente para atender à demanda do Estado) e, em situações mais graves, como quebra da produção nacional, de importação de outros países a preços compensadores no mercado interná
cional, fato que não ocorre, por exemplo, com o feijão, produto pouco tran
sacionado no comércio internacional.

4 - CONCLUSÕES

O emprego da variável custo para análise da distribuição de recursos aplicados em crédito rural de custeio agrícola envolve alterações sig
nificativas nas análises sobre seu efeito concentrador em algumas culturas, em relação às conclusões tiradas até então sobre o assunto. Embora os dados se refiram ao Estado de São Paulo, a hipótese de que essa variável é funda
mental para uma avaliação distributiva é reforçada pelos resultados obtidos.

Assim, a cultura do algodão, que juntamente com as demais que com
põem o segmento exportável da agricultura brasileira, era considerada como uma das privilegiadas pelo instrumento de crédito agrícola de custeio, no período analisado, perde por essa análise posição relativa frente à do feijão, que se inclui no segmento de mercado interno, ainda que seja resultado de política a nível estadual.

No caso da soja, tem-se a confirmação de resultados de outras pes
quisas como cultura favorecida pela política de crédito de custeio agrícola, podendo-se assumir que esse instrumento foi fundamental à sua expansão e aos níveis de produção em que se encontra.

Para o amendoim e o milho, com resultados intermediários, o aten
dimento relativo ao crédito de custeio mostrou-se estável ao longo do perío
do analisado e, portanto, tal instrumento de política não deve ter represen
tado ganhos ou perdas significativas sobre seus respectivos desempenhos.

Os resultados para o arroz evidenciam a importância secundária a que foi relegada sua produção, conferindo ao instrumento analisado grande responsabilidade sobre as condições em que se encontra seu cultivo hoje no Estado de São Paulo, principalmente quando se consideram os objetivos de modernização e transformação da agricultura propostos no contexto geral da política de crédito rural.

Como consideração final, tem-se que a introdução do componente custo permite uma melhor avaliação do direcionamento da política e de seu efeito concentrador, conforme pode ser observado pelos dois últimos anos agrícolas da série. Assim, apesar da redução no atendimento de crédito de custeio ter atingido praticamente todas as culturas de modo acentuado e estar relacionada ao menor volume de recursos, em termos reais, tem-se que a soja situou-se em posição relativa francamente favorável frente às demais culturas, para que fosse mantida a política de estímulo à sua produção objetivando-se superávits na balança comercial e a produção nacional de óleo.

LITERATURA CITADA

1. CARVALHO, Maria A. de & GIMENES, Maria T.C. Aspectos distributivos do crédito rural na agricultura do Estado de São Paulo. São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, IEA, 1982. 27p. (Relatório de Pesquisa, 11/82)
2. _____ & _____. Comportamento evolutivo de algumas das principais culturas no Estado de São Paulo em relação à área, custo variável médio, preço mínimo e crédito de custeio agrícola. São Paulo, Secretaria, IEA, 1980. 25p. (Relatório de Pesquisa, 09/80)
3. GATTI, Elcio U. A política agrícola e a composição da produção e utilização de mão-de-obra na agricultura paulista na década de setenta. São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, IEA, 1987. 182p. (Relatório de Pesquisa, 10/87)
4. GRAZIANO DA SILVA, José. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura paulista. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1980. 2v. (mimeo)
5. GUEDES PINTO, Luiz C. Grupos de interesse e crédito rural no Brasil. Revista de Economia Rural, Brasília, 19:65-83, 1981. Número Especial.
6. MENDONÇA DE BARROS, José R. Política e desenvolvimento agrícola no Brasil. In: VEIGA, Alberto, coord. Ensaio sobre política agrícola brasileira. São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1979. p.9-36.

7. PROGNÓSTICO. São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, IEA, 1974-1985. v.1-12.
8. SAYAD, João. Crédito rural no Brasil. Brasília, Ministério da Agricultura/FIPE, 1978. 93p.
9. SZMRECSÁNYI, Tamás. Análise crítica das políticas para o setor agropecuário. In: BELUZZO, Luiz G.M. & COUTINHO, Renata, orgs. Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. São Paulo, Brasiliense, 1983. p.223-240.

RESUMO

O objetivo principal do presente trabalho foi analisar a distribuição do crédito de custeio agrícola, considerando-se o indicador relativo de custo variável médio, definido como custo operacional efetivo (COE), no período 1974/75-1984/85.

Assim, diferencia-se dos demais estudos na área que basearam-se fundamentalmente na participação de cada cultura no volume total de recursos aplicados. Para isso, consideraram-se os parâmetros área financiada, volume de aplicação e COE médio ponderado pelo percentual de utilização das diferentes técnicas empregadas por cultura no Estado de São Paulo. Os resultados obtidos permitiram concluir que as culturas da soja e do feijão receberam melhor atendimento de suas necessidades de custeio, enquanto que a do arroz notadamente foi a mais penalizada. Dessa forma, tem-se que o instrumento de política estudado, para as condições do Estado de São Paulo, não assumiu o caráter discriminatório no processo de modernização, favorecendo apenas as culturas exportáveis.

O CARÁTER DISTRIBUTIVO DO CRÉDITO RURAL DE CUSTEIO AGRÍCOLA NO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO 1

Distribuição Percentual das Técnicas por Cultura

QUADRO A 1.1 - Percentual por Técnica Utilizada por Cultura, Estado de São Paulo, 1974/76 e 1980/82

Produto e técnica	1974/76	1980/82
Algodão		
1	7,2	4,8
2	58,0	33,4
3	34,8	61,8
Amendoim		
1	34,5	23,6
2	59,5	52,6
3	6,0	23,8
Arroz		
1	16,5	12,9
2	47,8	42,9
3	9,6	10,3
4	1,0	2,6
5	25,1	31,3
Feijão		
1	47,0	20,2
2	53,0	79,8
Milho		
1	16,7	10,0
2	46,5	26,1
3	9,1	16,1
4	27,7	47,8
Soja		
1	12,3	6,2
2	30,0	29,9
3	57,7	63,9

Fonte: Instituto de Economia Agrícola; GATTI (3) .

ANEXO 2

Descrição das Técnicas Empregadas

As técnicas empregadas basearam-se nos critérios discutidos por GATTI (3), sendo reagrupadas para algumas culturas em função das planilhas de coeficientes técnicos de produção do Instituto de Economia Agrícola, que refletem a sua utilização, ficando como segue:

- Algodão

Técnica 1: preparo do solo e plantio com tração animal; cultivo animal e manual e colheita manual.

Técnica 2: preparo do solo e plantio com tração motomecanizada; cultivo animal e manual e colheita manual.

Técnica 3: preparo do solo e plantio com tração motomecanizada; cultivo mo tomecanizado e manual e colheita manual ou por empreita.

- Amendoim

Técnica 1: preparo do solo e plantio com tração animal, cultivo animal e manual e colheita manual.

Técnica 2: preparo do solo e plantio com tração motomecanizada; cultivo mo tomecanizado e manual e colheita manual.

Técnica 3: preparo do solo e plantio com tração motomecanizada; cultivo mo tomecanizado e manual e colheita motomecanizada.

- Arroz:

Técnica 1: preparo do solo e plantio com tração animal; cultivo animal e manual e colheita manual.

Técnica 2: preparo do solo e plantio motomecanizados; cultivo animal e ma nual e colheita manual.

Técnica 3: preparo do solo e plantio motomecanizados; cultivo animal e ma
nual e colheita motomecanizada.

Técnica 4: preparo do solo e plantio motomecanizados; cultivo motomecaniza
do e manual e colheita manual.

Técnica 5: preparo do solo e plantio motomecanizados; cultivo motomecaniza
do e manual e colheita motomecanizada.

- Feijão:

Técnica 1: preparo do solo e plantio com tração animal; cultivo animal e ma
nual e colheita manual.

Técnica 2: preparo do solo e plantio motomecanizados, cultivo animal e ma
nual e colheita manual.

- Milho:

Técnica 1: preparo do solo e plantio com tração animal; cultivo animal e ma
nual e colheita manual.

Técnica 2: preparo do solo e plantio motomecanizados; cultivo animal e ma
nual e colheita manual.

Técnica 3: preparo do solo e plantio motomecanizados; cultivo motomecaniza
do e manual e colheita manual.

Técnica 4: preparo do solo e plantio motomecanizados; cultivo motomecaniza
do e manual e colheita motomecanizada.

- Soja:

Técnica 1: preparo do solo e plantio motomecanizados; cultivo animal e ma
nual

Técnica 2: preparo do solo e plantio motomecanizados; cultivo motomecaniza
do e manual e colheita motomecanizada.

Técnica 3: preparo do solo e plantio motomecanizados; cultivo químico (her
bicidas) e manual e colheita motomecanizada.

**SECRETARIA DA AGRICULTURA
INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA**

COMISSÃO EDITORIAL

Coordenador: Flavio Condé de Carvalho

Membros: Alfredo Tsunechiro, Elcio Umberto Gatti, Nilda Tereza Cardoso de Mello, Samira Aoun Marques, Sônia Santana Martins

Bibliografia: Fátima Maria Martins Saldanha Faria

EQUIPE DE APOIO

Editoração: Celuta Moreira Cesar Machado

Revisão Gráfica: Maria Áurea Cassiano

Datilografia: Lenilda Moraes do Nascimento

Gráfica: Affonso Celso Pinheiro, Geraldo Márcio de Almeida, João Soares dos Santos, João Renato C. Souza, José Ronaldo de Sousa, Laércio dos Reis, Paulo A. Haberbek Brandão, Roberto Magno M. Bezerra

Centro Estadual da Agricultura
Av. Miguel Estéfano, 3.900
04301 - São Paulo - SP

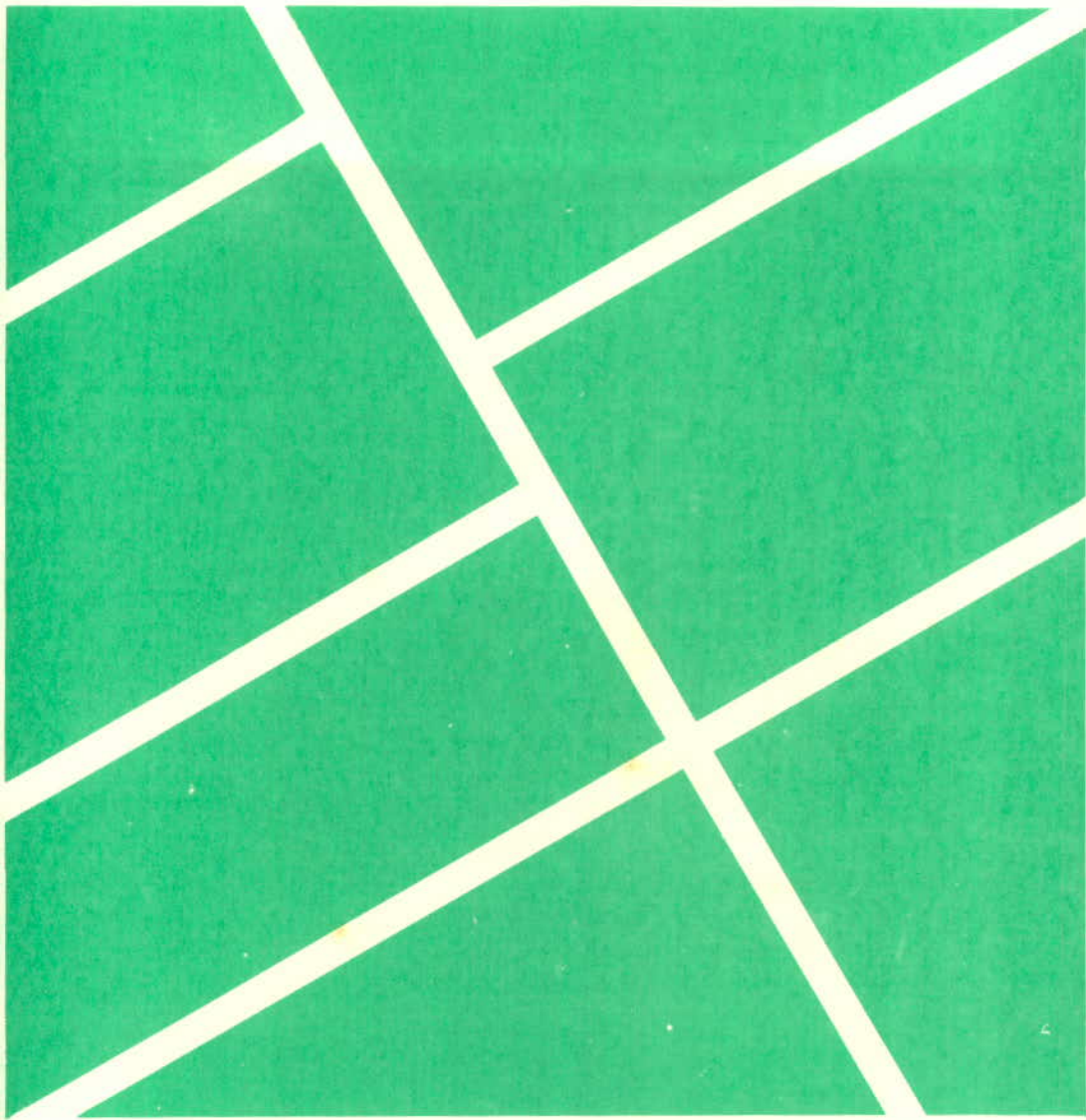
Caixa Postal, 8114
01051 - São Paulo - SP
Telefone: 276-9266



Relatório de Pesqu
Nº20

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Agricultura
Coordenadoria Sócio-Econômica

Instituto de Economia Agrícola



O CARÁTER DISTRIBUTIVO DO CRÉDITO RURAL DE CUSTEIO AGRÍCOLA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Valquiria da Silva

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Agricultura
Coordenadoria Sócio-Econômica
Instituto de Economia Agrícola





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Agricultura
Coordenadoria Sócio-Econômica
Instituto de Economia Agrícola

Governador do Estado

Orestes Quércia

Secretário da Agricultura

Antonio Tidei de Lima

Chefe de Gabinete

Paulo de Tarso Artêncio Muzy

Coordenador da Coordenadoria Sócio-Econômica

Sérgio Gomes Vassimon

Diretor do Instituto de Economia Agrícola

Gabriel Luiz Seraphico Peixoto da Silva

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Agricultura
Instituto de Economia Agrícola

ISSN 0101-5109
Relatório de Pesquisa
20/88

**O CARÁTER DISTRIBUTIVO DO CRÉDITO RURAL DE CUSTEIO AGRÍCOLA NO ESTADO
DE SÃO PAULO**

Valquiria da Silva

São Paulo
1988

ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO	1
2 - METODOLOGIA	2
3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO	5
4 - CONCLUSÕES	13
LITERATURA CITADA	14
RESUMO	15
ANEXOS	16

O CARÁTER DISTRIBUTIVO DO CRÉDITO RURAL DE CUSTEIO AGRÍCOLA NO ESTADO DE SÃO PAULO (1)

Valquíria da Silva (2)

1 - INTRODUÇÃO

De modo geral, o modelo de modernização agrícola adotado no Brasil em meados da década de 60 caracterizou-se pelos estímulos do governo à mecanização e ao maior emprego de fertilizantes e defensivos, isto é, de insumos produzidos fora da propriedade. O financiamento desses fatores se deu através da expansão do volume de crédito a taxas de juros subsidiadas, atendido conforme MENDONÇA DE BARROS (6) através da montagem de uma complexa estrutura de crédito agrícola. Assim, desde 1965, quando se consolidou como um dos instrumentos fundamentais para promover o desenvolvimento da agricultura, a política de crédito rural tem sido objeto de inúmeros estudos que buscam, principalmente, avaliar sua abrangência, eficiência e direcionamento.

Sobre sua eficiência na modernização do setor cabe citar os estudos de SZMRECSÁNYI (9), que ressaltam ter sido o montante de crédito aplicado excessivo, com os financiamentos não sendo utilizados de forma conveniente, inclusive desviados para outras finalidades; e de GRAZIANO da SILVA (4) e GATTI (3), que dão ênfase especial a seus efeitos sobre a absorção de mão-de-obra no campo.

Com relação à abrangência e direcionamento, destacam-se as pesquisas de SAYAD (8) e GUEDES PINTO (5), que apontam uma concentração dos recursos do crédito rural nas grandes propriedades em detrimento das pequenas, as quais se dedicam, principalmente, à produção de alimentos. Corroborando esses estudos, tem-se o trabalho de CARVALHO E GIMENES (1), particularmente para o Estado de São Paulo, que conclui serem as médias e grandes propriedades as principais beneficiadas com o volume de recursos aplicados no Estado. Esse caráter concentrador se estende a nível de culturas, conforme é eviden

(1) A autora agradece aos Pesquisadores Científicos Maria Auxiliadora de Carvalho e Cesar R. Leite da Silva pela colaboração na discussão inicial do tema e ao estagiário Daniel Dias pela tabulação dos dados. Recebido em 03/03/88. Liberado para publicação em 03/06/88.

(2) Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

ciado em CARVALHO e GIMENES (2), também para São Paulo, que mostra soja, algodão e milho como as mais favorecidas pela linha de crédito de custeio agrícola, no período 1969-78.

A abordagem da distribuição do crédito rural de custeio em relação às reais necessidades de recursos por cultura, apesar de fundamental, tendo em vista que diferem de uma cultura para outra e, portanto, se refletem no montante a ser financiado, foi relegada, até o presente momento, para um plano secundário. Reconhecendo-se sua importância para a análise distributiva, tem-se como principal objetivo da presente pesquisa enfocar esse aspecto do crédito, no período compreendido entre os anos agrícolas 1974/75 e 1984/85, para o Estado de São Paulo, considerando-se, principalmente, os componentes área financiada, custo operacional efetivo e volume de aplicação.

2 - METODOLOGIA

Foram selecionadas para estudo as seguintes culturas: algodão, amendoim, arroz, feijão, milho e soja.

O indicador Custo Operacional Efetivo (COE) representa os dispêndios diretos com mão-de-obra, operações de máquinas e utilização de insumos, itens esses que compõem o Valor Básico de Custeio (VBC), parâmetro empregado para o financiamento de custeio agrícola. Os dados básicos foram elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola (7). Para obtenção do COE médio para o Estado de São Paulo, ponderaram-se os diferentes custos por técnica empregada disponível para cada cultura, pelo percentual correspondente a sua utilização (Anexo 1). Para melhor entendimento, citar-se-á o exemplo da soja, que apenas no ano-agrícola 1974/75 tinha duas planilhas de coeficientes técnicos disponíveis, quais sejam, tração motomecanizada-animal (TMA) e tração motomecanizada (TM). Assim, na ponderação desse ano agrícola utilizaram-se os percentuais de 12,3% para o custo da TMA e de 87,7% para o da TM. Nos demais anos da série, assume-se 100% para a tração motomecanizada, considerando-se que planilhas de coeficientes técnicos representam o emprego de tração mais expressivo, que é corroborado pela existência no triênio 1980/82 de somente 6,2% de TMA (Anexo 1). As técnicas consideradas por cultura basearam-se em GATTI (3) (Anexo 2).

Optou-se por utilizar a área efetivamente financiada e não a cultivada em função da legislação de crédito rural permitir que um contrato firmado em determinado Estado possa ser realizado para o cultivo em outro.

sem que existam estatísticas discriminatórias desse emprego de recursos. Di-
to de outra forma, um contrato de financiamento de custeio para soja pode
ser feito em São Paulo para plantio em Goiás. No entanto, as estatísticas
do Banco Central do Brasil (BACEN) computam a área financiada, bem como o
montante de recursos cedidos para o Estado de São Paulo. Assim, tomando-se
a estatística do IEA de área cultivada com soja no Estado, por exemplo, po-
der-se-ia ser levado à prematura conclusão de que se financiou maior área
do que a efetivamente plantada, o mesmo ocorrendo para o montante de recur-
sos. Portanto, considerou-se que, apesar da limitação imposta pelo emprego
do custo calculado para o Estado de São Paulo, o indicador final obtido da
relação volume total de recursos de crédito de custeio/COE médio estimado
para o Estado com base na área financiada seria fidedigno, dado que a maior
parcela do financiamento é realmente tomada para emprego em São Paulo.

Procedimento especial fez-se necessário para as culturas de amendoim
e de feijão, que apresentam duas ou três safras por ano agrícola. Des-
sa forma, foram realizados ajustes nos dados primários do BACEN de área financia-
da e volume de recursos, dado que são estatísticas referentes ao ano civil.
Assim, as informações do BACEN em 1974 para amendoim se referem ao cultivo
da seca do ano agrícola 1973/74 (t-1/t, para t igual a 1974) e ao das
águas, do ano agrícola 1974/75 (t/t+1). Utilizaram-se os procedimentos des-
critos a seguir para essas duas culturas.

a) Cálculo da Área Financiada (AF) no ano agrícola (t-1/t)

Dado que são conhecidas as áreas cultivadas na safra da seca e
das águas, tem-se que no ano civil t:

$$(1) AC_t = AS_{(t-1/t)} + AA_{(t/t+1)}$$

onde,

AC_t = área total cultivada com a cultura no ano t;

$AS_{(t-1/t)}$ = área cultivada com a cultura na safra da seca no ano agrícola
(t-1/t); e,

$AA_{(t/t+1)}$ = área cultivada com a cultura na safra das águas no ano agrícola
la (t/t+1).

Calculado AC_t , pode-se obter as relações de proporcionalidade:

$$(2) \frac{AS_{(t-1/t)}}{AC_t}, \text{ que chamar-se-á de } X \text{ e,}$$

$$(3) \frac{AA}{AC_t} (t/t+1), \text{ que chamar-se-á de } Y,$$

onde X e Y são fatores de proporcionalidade da área cultivada nas safras da seca e das águas, respectivamente, no ano civil t.

Assumindo-se essa mesma proporcionalidade para a área financiada no ano civil t, obtêm-se uma estimativa da área financiada na safra da seca do ano-agrícola (t-1/t) e das águas no ano-agrícola (t/t+1).

Dessa forma, obtêm-se que,

$$(4) AF_{(t-1/t)} = AFS_{(t-1/t)} + AFA_{(t-1/t)}$$

onde, $AF_{(t-1/t)}$ = área total financiada no ano-agrícola (t-1/t);

$AFS_{(t-1/t)}$ = área financiada na safra da seca no ano-agrícola (t-1/t); e

$AFA_{(t-1/t)}$ = área financiada na safra das águas no ano-agrícola (t-1/t).

b) Cálculo do volume aplicado em custeio

b1) 1974/75 a 1978/79

Primeiramente, estimou-se o volume de recursos necessários admitindo que toda área cultivada fosse financiada, através da seguinte fórmula, empregada nesse período, pelos agentes financeiros para determinar o montante de crédito de custeio:

$$CC = 0,6. PM_{\text{m}}. RR. AC$$

onde, CC = volume de crédito de custeio necessário;

0,6 = fator de aplicação pré-definido;

PM_m = preço mínimo do produto;

RR = rendimento médio regional da cultura nas três últimas safras; e,

AC = área cultivada com a cultura.

Empregando-se essa fórmula para cada safra do ano agrícola (t-1/t), utilizando-se para isso os respectivos preços mínimos vigentes, rendimento médio regional e área cultivada, através do somatório dos valores calculados, obteve-se o CC total para o referido ano-agrícola.

b2) 1979/80 a 1984/85

No ano-agrícola 1979/80 foi criado o VBC, o que permitiu o seguinte cálculo na safra: $CC = VBC \cdot AC$

A partir do cálculo anterior do somatório (C.C. safra das águas e C.C. safra das seca), obteve-se o total de recursos necessários para o financiamento da produção no ano agrícola considerado.

Como o VBC é diferente para diversas faixas de produtividade que variam de uma cultura para outra, foi observada no cálculo a faixa de VBC correspondente à média trienal da produtividade observada para cada cultura.

Assim, observando-se os procedimentos de b.1 e b.2 para obtenção do CC total necessário no caso das culturas do feijão e amendoim, calcularam-se os fatores de proporcionalidade para cada safra, que foram, então, aplicados ao valor divulgado pelo BACEN. Uma vez desmembrado o volume total de recursos para as diversas safras, efetivamente aplicado no ano civil t, obteve-se o total para os anos agrícolas considerados.

3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

De modo geral, de 1974/75 a 1984/85, os resultados mostram que a cultura da soja foi a melhor atendida pelo crédito de custeio agrícola em relação aos custos estimados da área financiada, no Estado de São Paulo, enquanto a do arroz foi a mais penalizada (quadros 1 a 6). A redução na cobertura dos custos, observada nos dois últimos anos agrícolas da série, foi generalizada para todas as culturas e deve ser consequência da queda, em termos reais, ocorrida no volume de recursos para crédito rural. Em 1984, o crédito para custeio representou apenas 52% do montante aplicado em 1979. Essa perda no poder de financiamento só não foi maior devido à política deliberada de privilegiar as operações de curto prazo, quais sejam, custeio e comercialização.

Observou-se para a soja, apesar da redução no atendimento de 71%, em 1974/75, para 36,9% em 1984/85, que apenas no ano agrícola 1983/84 a relação crédito de custeio/COE estimado foi inferior a 30%, tendo obtido no período analisado percentual médio de 50%, colocando-a em franca vantagem em relação aos demais cultivos. Esse resultado positivo vem de encontro ao padrão tecnológico com o qual a cultura é conduzida (altamente tecnificada, empregando insumos modernos produzidos fora do setor) e provavelmente se relaciona à política global de promover o crescimento das exportações, essencial para equacionar o problema da Balança de Pagamentos que se agravou no País no período estudado. A soja, na década de 70, se apresentou como um dos

QUADRO 1. Evolução do Crédito de Custeio Agrícola em Relação ao Custo Operacional Efetivo (COE) para a Cultura do Algodão, Estado de São Paulo, 1974/75 - 1984/85

Ano	COE/ha (A) (Cr\$)	Área financiada (B) (ha)	COE total (Ax B) (C) (Cr\$1.000)	Crédito (D) (Cr\$1.000)	Relação (D/C) (E) (%)
1974/75	3.247,44	676.245	2.196.065	764.713	34,9
1975/76	4.532,79	360.070	1.632.122	611.517	37,5
1976/77	6.079,46	458.878	2.789.730	1.157.605	41,5
1977/78	8.884,51	525.169	4.665.869	1.842.085	39,5
1978/79	11.979,18	436.935	5.234.123	1.824.078	34,8
1979/80	25.058,55	427.057	10.701.429	3.809.900	35,6
1980/81	47.790,36	463.436	22.147.773	7.679.090	34,7
1981/82	102.496,73	521.802	53.482.999	16.009.853	29,9
1982/83	238.011,09	429.567	102.217.909	33.383.988	32,7
1983/84	733.724,77	337.329	247.506.643	47.590.278	19,2
1984/85	3.742.327,46	350.192	1.310.534.027	177.087.634	13,5
Média	-	-	-	-	32,2

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Banco Central do Brasil (BACEN).

QUADRO 2. - Evolução do Crédito de Custeio Agrícola em relação ao Custo Operacional Efetivo (COE) para a Cultura do Amendoim, Estado de São Paulo, 1974/75 - 1984/85

Ano	COE/ha (A) (Cr\$)	Área financiada (B) (ha)	COE total (AxB) (C) (Cr\$1.000)	Crédito custeio (D) (Cr\$1.000)	Relação (D/C) (E) (%)
1974/75	2.414,93	165.158	398.845	133.423	33,5
1975/76	3.425,35	104.347	357.425	191.016	53,4
1976/77	4.383,83	131.258	575.413	170.040	29,6
1977/78	6.983,02	173.589	1.212.175	364.408	30,1
1978/79	13.107,47	169.514	2.221.900	804.435	36,2
1979/80	20.196,04	180.425	3.643.871	1.142.315	31,3
1980/81	40.901,09	184.753	7.556.765	1.941.261	25,7
1981/82	96.807,00	196.545	19.026.932	4.782.174	25,1
1982/83	184.841,40	138.641	25.626.597	5.242.763	20,5
1983/84	651.166,40	99.274	64.643.893	8.161.059	12,6
1984/85	2.417.032,00	113.110	273.390.490	60.700.383	22,2
Média	-	-	-	-	29,1

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Banco Central do Brasil (BACEN).

QUADRO 3. - Evolução do Crédito de Custeio Agrícola em Relação ao Custo Operacional Efetivo (COE) para a Cultura do Arroz, Estado de São Paulo, 1974/75 - 1984/85

Ano	COE/ha (A) (Cr\$)	Área financiada (B) (ha)	COE total (Ax B) (C) (Cr\$1.000)	Crédito custeio (D) (Cr\$1.000)	Relação (D/C) (E) (%)
1974/75	1.859,17	312.836	581.615	257.113	44,2
1975/76	2.576,50	485.340	1.250.478	484.368	38,7
1976/77	7.323,09	278.031	2.036.046	427.076	21,0
1977/78	11.371,84	246.980	2.808.617	515.359	18,3
1978/79	16.168,29	289.972	4.688.351	620.015	13,2
1979/80	19.191,48	403.367	7.741.210	1.201.686	15,5
1980/81	39.892,78	328.593	13.708.488	2.395.013	17,5
1981/82	100.123,00	257.053	25.736.918	3.463.462	13,5
1982/83	222.934,80	453.090	101.009.529	9.128.155	9,0
1983/84	744.585,00	427.535	318.336.148	18.056.014	5,7
1984/85	2.666.000,00	103.734	276.554.844	34.274.526	12,4
Média	-	-	-	-	19,0

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Banco Central do Brasil (BACEN).

QUADRO 4. - Evolução do Crédito de Custeio Agrícola em Relação ao Custo Operacional Efetivo (COE) para a Cultura do Feijão, Estado de São Paulo, 1974/75 - 1984/85

Ano	COE/ha (A) (Cr\$)	Área financiada (B) (ha)	COE total (AxB) (C) (Cr\$1.000)	Crédito custeio (D) (Cr\$1.000)	Relação (D/C) (E) (%)
1974/75	1.584,08	58.799	93.142	41.691	44,8
1975/76	1.208,56	79.815	96.461	66.573	69,0
1976/77	2.164,24	182.084	394.074	204.108	51,8
1977/78	2.871,70	179.394	515.166	400.913	77,8
1978/79	5.020,21	282.173	1.416.567	369.496	26,1
1979/80	7.760,19	501.350	3.890.571	1.423.497	36,6
1980/81	20.408,81	647.436	13.213.398	5.567.793	42,1
1981/82	49.377,65	680.548	33.603.860	12.561.453	37,4
1982/83	84.309,36	559.365	47.159.705	16.741.587	35,5
1983/84	299.170,86	393.342	117.676.464	24.200.466	20,6
1984/85	890.554,21	306.120	272.616.454	83.088.942	30,6
Média	-	-	-	-	42,9

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Banco Central do Brasil (BACEN).

QUADRO 5. - Evolução do Crédito de Custeio Agrícola em Relação ao Custo Operacional Efetivo (COE) para a Cultura do Milho, Estado de São Paulo, 1974/75 - 1984/85

Ano	COE/ha (A) (Cr\$)	Área financiada (B) (ha)	COE total (AxB) (C) (Cr\$1.000)	Crédito custeio (D) (Cr\$1.000)	Relação (D/C) (E) (%)
1974/75	1.573,30	1.997.944	3.143.365	657.317	20,9
1975/76	1.863,82	1.114.182	2.076.635	1.130.829	54,5
1976/77	2.041,13	1.097.967	2.241.093	1.290.414	57,6
1977/78	3.139,33	785.685	2.466.525	1.149.694	46,6
1978/79	4.152,74	1.041.082	4.323.343	1.861.512	43,1
1979/80	7.029,86	1.279.822	8.996.841	3.833.348	42,6
1980/81	15.947,53	1.507.552	24.041.731	10.395.317	43,2
1981/82	42.059,48	1.201.480	50.533.624	19.458.672	38,5
1882/83	71.937,33	1.880.901	135.306.996	38.723.881	28,6
1983/84	239.012,81	1.272.998	304.262.829	72.953.044	24,0
1984/85	877.685,22	1.293.688	1.135.450.837	192.092.593	16,9
Média	-	-	-	-	37,9

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Banco Central do Brasil (BACEN).

QUADRO 6. - Evolução do Crédito de Custeio Agrícola em Relação ao Custo Operacional Efetivo (COE) para a Cultura da Soja, Estado de São Paulo, 1974/75 - 1984/85

Ano	COE/ha (A) (Cr\$)	Área financiada (B) (ha)	COE total (AxB) (C) (Cr\$1.000)	Crédito custeio (D) (Cr\$1.000)	Relação (D/C) (E) (%)
1974/75	1.222,78	449.443	549.570	390.029	71,0
1975/76	1.434,83	775.942	1.113.345	586.287	52,7
1976/77	1.893,68	929.242	1.759.687	818.811	46,5
1977/78	2.940,08	1.074.156	3.158.105	1.416.539	44,9
1978/79	4.229,71	853.899	3.611.745	1.861.512	51,5
1979/80	7.579,77	1.111.257	8.423.072	3.833.348	45,5
1980/81	14.347,65	939.552	13.480.363	10.395.317	77,1
1981/82	35.007,43	936.178	32.773.186	19.458.672	59,4
1982/83	66.428,66	1.233.891	81.965.725	38.723.881	47,2
1983/84	251.426,00	1.322.522	332.516.416	72.953.044	21,9
1984/85	812.500,00	640.134	520.108.875	192.092.593	36,9
Média	-	-	-	-	50,4

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Banco Central do Brasil (BACEN).

principais produtos agrícolas para viabilizar este crescimento das exportações, com forte expansão nesse período.

Um outro dado importante se relaciona ao limite de financiamento, que é de 100% apenas para a categoria de mini e pequenos produtores. Como o valor total financiado engloba essa estratificação, tem-se, pelos percentuais obtidos, que o valor financiado para a soja esteve bem próxima ao seu custo de produção efetivo.

Em segundo lugar, coloca-se o feijão, para o qual a relação crédito de custeio/COE foi, em média, de 43% no período, apesar de se tratar de cultura de mercado interno. Considera-se, no entanto, que essa situação é particular para o Estado de São Paulo, em função da cultura ter recebido tratamento especial pelo Governo deste Estado, que visava tornar-se auto-suficiente em sua produção para contornar os frequentes entraves no abastecimento. Nesse sentido, foi criada a variedade carioquinha, o cultivo passou a ser predominantemente mecanizado (apenas no trato cultural permanece o emprego de animal), com utilização de insumos modernos e, para a viabilização desse processo de mudança tecnológica, foram garantidos aos produtores assistência técnica e acesso ao crédito agrícola.

Num grupo intermediário, destacaram-se algodão (média de 32%), amendoim (média de 29%) e milho (média de 38%) com atendimento de crédito relativo, praticamente, constante no período. Os reflexos dessa situação para o algodão não foram tão significativos no processo de mudança tecnológica, provavelmente por ter-se desencadeado num período anterior ao analisado, bem como sua produção deve ter se mantido através de resultados econômicos favoráveis, assegurando-lhe capacidade para auto-financiamento. Para o amendoim, os resultados apresentados devem advir da perda de sua importância, principalmente, como matéria-prima para produção de óleo, espaço esse ocupado pela soja. Esse fato é reforçado pela condução mais recente da política agrícola, de desestímulo à sua produção. Em relação ao milho, a grande mudança tecnológica observada se refere à colheita mecanizada, que está mais diretamente ligada ao crédito de investimento, podendo-se considerar que o crédito de custeio, em relação às culturas analisadas, se não o estimulou, foi suficiente para manter seu padrão tecnológico (Anexos 1 e 2).

Quanto à cultura de arroz, o percentual médio de atendimento foi de 19%, situando-se, inclusive, abaixo desse valor a partir de 1977/78 e atingindo em 1983/84 apenas 6% do valor necessário estimado (quadro 3). O cultivo de sequeiro é responsável por 80% da produção do Estado. Considerando-se que um dos objetivos da política de crédito rural era o de promover a modernização da agricultura, inclusive através do subsídio via taxa de juro que foi elevado até o início dos anos 80, tem-se que os produtores de arroz

ficaram à margem desse benefício em relação às demais culturas, aqui consi
deradas.

A viabilização do emprego da política discriminatória de crédito de custeio para o arroz, em relação à resposta em termos de produção, pro
vavelmente está associada à possibilidade de importação do produto de ou
tros Estados (a produção paulista é insuficiente para atender à demanda do Estado) e, em situações mais graves, como quebra da produção nacional, de importação de outros países a preços compensadores no mercado interná
cional, fato que não ocorre, por exemplo, com o feijão, produto pouco tran
sacionado no comércio internacional.

4 - CONCLUSÕES

O emprego da variável custo para análise da distribuição de recur
sos aplicados em crédito rural de custeio agrícola envolve alterações sig
nificativas nas análises sobre seu efeito concentrador em algumas culturas, em relação às conclusões tiradas até então sobre o assunto. Embora os dados se refiram ao Estado de São Paulo, a hipótese de que essa variável é funda
mental para uma avaliação distributiva é reforçada pelos resultados obtidos.

Assim, a cultura do algodão, que juntamente com as demais que com
põem o segmento exportável da agricultura brasileira, era considerada como uma das privilegiadas pelo instrumento de crédito agrícola de custeio, no período analisado, perde por essa análise posição relativa frente à do fei
jão, que se inclui no segmento de mercado interno, ainda que seja resultado de política a nível estadual.

No caso da soja, tem-se a confirmação de resultados de outras pes
quisas como cultura favorecida pela política de crédito de custeio agrícola, podendo-se assumir que esse instrumento foi fundamental à sua expansão e aos níveis de produção em que se encontra.

Para o amendoim e o milho, com resultados intermediários, o aten
dimento relativo ao crédito de custeio mostrou-se estável ao longo do perío
do analisado e, portanto, tal instrumento de política não deve ter represen
tado ganhos ou perdas significativas sobre seus respectivos desempenhos.

Os resultados para o arroz evidenciam a importância secundária a que foi relegada sua produção, conferindo ao instrumento analisado grande responsabilidade sobre as condições em que se encontra seu cultivo hoje no Estado de São Paulo, principalmente quando se consideram os objetivos de modernização e transformação da agricultura propostos no contexto geral da política de crédito rural.

Como consideração final, tem-se que a introdução do componente custo permite uma melhor avaliação do direcionamento da política e de seu efeito concentrador, conforme pode ser observado pelos dois últimos anos agrícolas da série. Assim, apesar da redução no atendimento de crédito de custeio ter atingido praticamente todas as culturas de modo acentuado e estar relacionada ao menor volume de recursos, em termos reais, tem-se que a soja situou-se em posição relativa francamente favorável frente às demais culturas, para que fosse mantida a política de estímulo à sua produção objetivando-se superávits na balança comercial e a produção nacional de óleo.

LITERATURA CITADA

1. CARVALHO, Maria A. de & GIMENES, Maria T.C. Aspectos distributivos do crédito rural na agricultura do Estado de São Paulo. São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, IEA, 1982. 27p. (Relatório de Pesquisa, 11/82)
2. _____ & _____. Comportamento evolutivo de algumas das principais culturas no Estado de São Paulo em relação à área, custo variável médio, preço mínimo e crédito de custeio agrícola. São Paulo, Secretaria, IEA, 1980. 25p. (Relatório de Pesquisa, 09/80)
3. GATTI, Elcio U. A política agrícola e a composição da produção e utilização de mão-de-obra na agricultura paulista na década de setenta. São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, IEA, 1987. 182p. (Relatório de Pesquisa, 10/87)
4. GRAZIANO DA SILVA, José. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura paulista. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1980. 2v. (mimeo)
5. GUEDES PINTO, Luiz C. Grupos de interesse e crédito rural no Brasil. Revista de Economia Rural, Brasília, 19:65-83, 1981. Número Especial.
6. MENDONÇA DE BARROS, José R. Política e desenvolvimento agrícola no Brasil. In: VEIGA, Alberto, coord. Ensaio sobre política agrícola brasileira. São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1979. p.9-36.

7. PROGNÓSTICO. São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, IEA, 1974-1985. v.1-12.
8. SAYAD, João. Crédito rural no Brasil. Brasília, Ministério da Agricultura/FIPE, 1978. 93p.
9. SZMRECSÁNYI, Tamás. Análise crítica das políticas para o setor agropecuário. In: BELUZZO, Luiz G.M. & COUTINHO, Renata, orgs. Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. São Paulo, Brasiliense, 1983. p.223-240.

RESUMO

O objetivo principal do presente trabalho foi analisar a distribuição do crédito de custeio agrícola, considerando-se o indicador relativo de custo variável médio, definido como custo operacional efetivo (COE), no período 1974/75-1984/85.

Assim, diferencia-se dos demais estudos na área que basearam-se fundamentalmente na participação de cada cultura no volume total de recursos aplicados. Para isso, consideraram-se os parâmetros área financiada, volume de aplicação e COE médio ponderado pelo percentual de utilização das diferentes técnicas empregadas por cultura no Estado de São Paulo. Os resultados obtidos permitiram concluir que as culturas da soja e do feijão receberam melhor atendimento de suas necessidades de custeio, enquanto que a do arroz notadamente foi a mais penalizada. Dessa forma, tem-se que o instrumento de política estudado, para as condições do Estado de São Paulo, não assumiu o caráter discriminatório no processo de modernização, favorecendo apenas as culturas exportáveis.

O CARÁTER DISTRIBUTIVO DO CRÉDITO RURAL DE CUSTEIO AGRÍCOLA NO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO 1

Distribuição Percentual das Técnicas por Cultura

QUADRO A 1.1 - Percentual por Técnica Utilizada por Cultura, Estado de São Paulo, 1974/76 e 1980/82

Produto e técnica	1974/76	1980/82
Algodão		
1	7,2	4,8
2	58,0	33,4
3	34,8	61,8
Amendoim		
1	34,5	23,6
2	59,5	52,6
3	6,0	23,8
Arroz		
1	16,5	12,9
2	47,8	42,9
3	9,6	10,3
4	1,0	2,6
5	25,1	31,3
Feijão		
1	47,0	20,2
2	53,0	79,8
Milho		
1	16,7	10,0
2	46,5	26,1
3	9,1	16,1
4	27,7	47,8
Soja		
1	12,3	6,2
2	30,0	29,9
3	57,7	63,9

Fonte: Instituto de Economia Agrícola; GATTI (3) .

ANEXO 2

Descrição das Técnicas Empregadas

As técnicas empregadas basearam-se nos critérios discutidos por GATTI (3), sendo reagrupadas para algumas culturas em função das planilhas de coeficientes técnicos de produção do Instituto de Economia Agrícola, que refletem a sua utilização, ficando como segue:

- Algodão

Técnica 1: preparo do solo e plantio com tração animal; cultivo animal e manual e colheita manual.

Técnica 2: preparo do solo e plantio com tração motomecanizada; cultivo animal e manual e colheita manual.

Técnica 3: preparo do solo e plantio com tração motomecanizada; cultivo mo tomecanizado e manual e colheita manual ou por empreita.

- Amendoim

Técnica 1: preparo do solo e plantio com tração animal, cultivo animal e manual e colheita manual.

Técnica 2: preparo do solo e plantio com tração motomecanizada; cultivo mo tomecanizado e manual e colheita manual.

Técnica 3: preparo do solo e plantio com tração motomecanizada; cultivo mo tomecanizado e manual e colheita motomecanizada.

- Arroz:

Técnica 1: preparo do solo e plantio com tração animal; cultivo animal e manual e colheita manual.

Técnica 2: preparo do solo e plantio motomecanizados; cultivo animal e ma nual e colheita manual.

Técnica 3: preparo do solo e plantio motomecanizados; cultivo animal e manual e colheita motomecanizada.

Técnica 4: preparo do solo e plantio motomecanizados; cultivo motomecanizado e manual e colheita manual.

Técnica 5: preparo do solo e plantio motomecanizados; cultivo motomecanizado e manual e colheita motomecanizada.

- Feijão:

Técnica 1: preparo do solo e plantio com tração animal; cultivo animal e manual e colheita manual.

Técnica 2: preparo do solo e plantio motomecanizados, cultivo animal e manual e colheita manual.

- Milho:

Técnica 1: preparo do solo e plantio com tração animal; cultivo animal e manual e colheita manual.

Técnica 2: preparo do solo e plantio motomecanizados; cultivo animal e manual e colheita manual.

Técnica 3: preparo do solo e plantio motomecanizados; cultivo motomecanizado e manual e colheita manual.

Técnica 4: preparo do solo e plantio motomecanizados; cultivo motomecanizado e manual e colheita motomecanizada.

- Soja:

Técnica 1: preparo do solo e plantio motomecanizados; cultivo animal e manual

Técnica 2: preparo do solo e plantio motomecanizados; cultivo motomecanizado e manual e colheita motomecanizada.

Técnica 3: preparo do solo e plantio motomecanizados; cultivo químico (herbicidas) e manual e colheita motomecanizada.

**SECRETARIA DA AGRICULTURA
INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA**

COMISSÃO EDITORIAL

Coordenador: Flavio Condé de Carvalho

Membros: Alfredo Tsunechiro, Elcio Umberto Gatti, Nilda Tereza Cardoso de Mello, Samira Aoun Marques, Sônia Santana Martins

Bibliografia: Fátima Maria Martins Saldanha Faria

EQUIPE DE APOIO

Editoração: Celuta Moreira Cesar Machado

Revisão Gráfica: Maria Áurea Cassiano

Datilografia: Lenilda Moraes do Nascimento

Gráfica: Affonso Celso Pinheiro, Geraldo Márcio de Almeida, João Soares dos Santos, João Renato C. Souza, José Ronaldo de Sousa, Laércio dos Reis, Paulo A. Haberbek Brandão, Roberto Magno M. Bezerra

Centro Estadual da Agricultura
Av. Miguel Estéfano, 3.900
04301 - São Paulo - SP

Caixa Postal, 8114
01051 - São Paulo - SP
Telefone: 276-9266



Relatório de Pesqu
Nº20

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Agricultura
Coordenadoria Sócio-Econômica

Instituto de Economia Agrícola